

Demonstrações Financeiras

Individuais

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda

1S
25



Sumário

Relatório da Administração ...	2
Demonstrações Financeiras ...	3
Balanco Patrimonial ...	3
Demonstração do Resultado...	4
Demonstração do Resultado Abrangente ...	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ...	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa...	7
Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada ...	8
Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidada Acumuladas...	9
Notas Explicativas da Administração ...	10
Relatório do Auditor Independente ...	41

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. às demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco S.A., com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 2.950 grupos de consórcios em andamento, com 1.614.393 cotas ativas e 3.092.126 bens entregues acumulado.

No final do semestre, a Bradesco Consórcios registrou lucro líquido no montante de R\$ 1.198 milhões, correspondente a R\$ 499,08 por média ponderada de cotas, patrimônio líquido de R\$ 6.150 milhões, ativos totais de R\$ 9.131 milhões e receita bruta de prestação de serviços de R\$ 1.568 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos sócios-cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

A Bradesco Consórcios contrata e faz a gestão dos serviços da auditoria independente de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	R\$ mil
		Em 30 de junho de 2025
Ativo		
Disponibilidades	7	3.281
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		7.718.452
Cotas de fundos de investimentos	8	7.718.452
Ativos financeiros ao custo amortizado		852.253
Outros ativos financeiros	10	852.253
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	11	2.818
Intangíveis, líquidos de amortizações	12	47.835
Impostos a compensar		180.613
Créditos tributários	25c	309.989
Outros ativos	13	15.779
Total do ativo		9.131.020
Passivo		
Passivos financeiros ao custo amortizado		809
Outros passivos financeiros	14	809
Outras provisões	15	47.764
Impostos correntes		401.532
Impostos diferidos		27.741
Rendas antecipadas	17a	919.639
Outros passivos	17b	1.583.973
Total do passivo		2.981.458
Patrimônio líquido		
Capital social	18a	2.800.000
Reservas de lucros	18b	3.349.727
Prejuízos acumulados		(165)
Total do patrimônio líquido		6.149.562
Total do passivo e patrimônio líquido		9.131.020

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	R\$ mil
		Acumulado em 30 de junho de 2025
Receitas da intermediação financeira		449.148
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9	449.148
Resultado bruto da intermediação financeira		449.148
Outras receitas/(despesas) operacionais		1.354.715
Receitas de prestação de serviços	19	1.567.860
Despesas de pessoal	20	(37.486)
Despesas administrativas	21	(42.394)
Despesas tributárias	22	(209.899)
Outras receitas operacionais	23	167.802
Outras despesas operacionais	24	(79.696)
Provisão fiscal, cível e trabalhista	16b IV	(11.472)
Resultado operacional		1.803.863
Resultado não operacional		202
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.804.065
Imposto de renda e contribuição social	25	(606.266)
Lucro líquido		1.197.799
Lucro básico por cotas em R\$	18d	499,08

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Lucro líquido do período	1.197.799
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	-
Resultado abrangente do período	1.197.799

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	R\$ mil					Totais
	Capital Social	Aumento de Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	
			Legal	Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.000.000	-	199.831	3.444.504	-	5.644.335
Ajustes iniciais na adoção da Resolução CMN nº 4.975/21	-	-	-	-	(165)	
Saldos em 1º de janeiro de 2025	2.000.000	-	199.831	3.444.504	(165)	5.644.170
Aumento de capital social	-	800.000	(99.979)	(700.021)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	(681.028)	-	(681.028)
Lucro líquido	-	-	-	-	1.197.799	1.197.799
Destinações:						
- Reservas	-	-	59.890	1.126.530	(1.186.420)	-
- Dividendos	-	-	-	-	(11.379)	(11.379)
Saldos em 30 de junho de 2025	2.000.000	800.000	159.742	3.189.985	(165)	6.149.562

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	1.804.065
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:	(131.269)
Depreciações e amortizações	10.177
Receita diferida	(153.648)
Constituições e atualização monetária de processos judiciais	12.202
Lucro líquido ajustado antes dos impostos	1.672.796
(Aumento) / redução nas variações em ativos	(309.258)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(128)
Outros ativos financeiros	(175.292)
Outros ativos	(133.838)
(Redução) / aumento nas variações em passivos	(440.591)
Outras provisões	145.713
Outros passivos	172.873
Imposto de renda e contribuição social pagos	(759.177)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	922.947
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	
Aquisição de imobilizado de uso	(1.175)
Aquisição de intangível	(5.964)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	(7.139)
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	915.808
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	6.793.193
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	7.709.001
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	915.808

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Ativo	
Caixa e equivalente de caixa	17.709
Depósitos bancários	17.709
Aplicações financeiras – grupos em andamento e formação	10.982.134
Aplicações financeiras	1.993.973
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	8.988.161
Outros créditos	15.894.524
Direitos junto a consorciados contemplados	15.874.265
- Normais	15.492.301
- Em atraso	75.736
- Em cobrança judicial	306.228
Bens retomados	20.259
Compensação	109.449.188
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	970.526
Contribuições devidas ao grupo	58.141.609
Valor dos bens a contemplar	50.337.053
Total do ativo e compensação	136.343.555
Passivo	
Obrigações com consorciados	9.298.744
Valores a repassar	200.859
Obrigações por contemplações a entregar	8.988.161
Recursos a devolver a consorciados	5.981.260
Recursos dos grupos	2.425.324
Obrigações com a administradora	19
Compensação	109.449.188
Recursos mensais a receber de consorciados	970.526
Obrigações do grupo por contribuições	58.141.609
Obrigações por futuras contemplações	50.337.053
Total do passivo e compensação	136.343.555

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS CONSOLIDADA ACUMULADAS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Disponibilidades no início do período	9.969.256
Depósitos bancários	3.271
Aplicações financeiras	1.801.489
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações (cotas de fundos de investimentos e LFT)	8.164.496
(+) Recursos coletados	11.310.811
Contribuições para aquisição de bens	8.772.046
Taxa de administração	1.548.785
Contribuições ao fundo de reserva	257.257
Rendimentos de aplicações financeiras	488.998
Multas e juros moratórios	24.406
Prêmios de seguro	65.979
Reembolso de despesas com registro de contratos	18.404
Outros	134.936
(-) Recursos utilizados	(10.280.224)
Aquisição de bens	(7.806.173)
Taxa de administração	(1.595.339)
Multas e juros moratórios	(12.055)
Prêmios de seguro	(65.641)
Devolução a consorciados desligados	(370.485)
Despesas com registro de contratos	(18.404)
Outros	(412.127)
Disponibilidades no final do período	10.999.843
Depósitos bancários	17.709
Aplicações financeiras	1.993.973
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações (cotas de fundos de investimentos e LFT)	8.988.161

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição) é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Instituição, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para empresas administradoras de consórcios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

A Instituição optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras individuais, referente ao primeiro semestre de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A Instituição optou por utilizar a faculdade, do parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.975/21, de tal forma, que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 29 de agosto de 2025.

3) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Instituição utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 07.

d) Ativos e passivos financeiros

1) Ativos financeiros

A Instituição classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Instituição classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a Instituição administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” quando a Instituição passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificadas como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado.

A Instituição pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração do resultado.

II) Passivos financeiros

A Instituição classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Instituição são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Instituição não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

III) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Instituição efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

IV) Renegociação e reestruturação

Os ativos financeiros renegociados são aqueles em que há alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As renegociações em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração são caracterizadas como reestruturações.

V) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Instituição utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Instituição utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Impostos Diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro tributável considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações – 10% a 20% ao ano; sistemas de processamento de dados – 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 11.

i. Arrendamentos da Instituição (Arrendatário)

Como arrendatário, a Instituição avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Instituição aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Instituição reconhece um “passivo de arrendamento” para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Instituição possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Instituição leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da Resolução CMN nº 4.975/21, pois tratam-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

ii. Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Instituição aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

h) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

- Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida e aquisição de direito para prestação de serviços bancários: são registradas e amortizadas, quando aplicável, pelo período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro, e ajustadas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável; e
- *Software*: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a 50% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

A composição dos ativos intangíveis, incluindo a movimentação desses direitos por classe, está apresentada na Nota 12.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Instituição não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na nota 16.

k) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

4) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis para o período atual:

- **Resolução BCB nº 156, de 19 de outubro de 2021**

A norma alterou a forma de registros financeiros que passaram a ser controlados em contas de compensação, dos seguintes saldos:

- Valores pendentes de recebimento objeto de cobrança judicial, transferidos para administradora de consórcio após o encerramento contábil dos respectivos grupos;
- Valor total dos recursos devidos aos consorciados de grupos encerrados;
- Valor da aplicação, conforme previsto na regulamentação, dos recursos não procurados de grupos encerrados após a Lei nº 11.795/2008 e dos demais recursos recebidos de consorciados de grupos encerrados.
- A Lei 11.795 de 08 de outubro de 2008, define que as disponibilidades financeiras remanescentes na data do encerramento do grupo pelos respectivos consorciados e participantes excluídos como recurso não procurado e independente da sua origem, devem ter tratamento contábil específico, de maneira independente dos registros contábeis da administradora de consórcio. Os recursos posteriores a Lei mencionada, foram reclassificados para conta de compensação conforme Resolução BCB nº 156.

A referida norma entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Compensação Ativa	
Valores aplicados pela administradora – recursos de grupos encerrados e Recursos não procurados	481.899
Compensação Passiva	
Valores devidos aos consorciados – grupos encerrados – Recursos não procurados	481.899

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082. A Resolução BCB nº 352/23 não teve impacto material na Instituição.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

5) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

• Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A., para a data-base.

Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Resolução BCB nº 285 de 19/01/2023.

Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo diariamente.

• Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

- **Passivo**

I - Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II - Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e à Seguradora relativos aos prêmios de seguros.

III - Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após período subsequente a data das demonstrações financeiras, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

- **Contas de Compensação**

I - Previsão Mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados, inclusive em atraso, para o mês subsequente ao mês base das demonstrações financeiras. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2025.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2025.

III - Valor dos Bens a Contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2025.

6) DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS

Apresenta recursos coletados e utilizados a valores históricos.

I - Recursos coletados

Representam recursos coletados dos grupos de consórcios e os rendimentos financeiros decorrentes. O valor mensal da contribuição para aquisição de bens recebida dos participantes dos grupos calculado com base em: Valor do bem adquirido, taxa de administração, fundo de reserva e seguros.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de apuração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

II - Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para: entrega do bem, repasse de taxa de administração, repasse de prêmio de seguros, devoluções e distribuição de valores remanescentes de fundo de reserva.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	3.281
Total de disponibilidade (caixa)	3.281
Cotas de fundos de investimento (1)	7.718.452
Total de caixa e equivalentes de caixa	7.721.733

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

	Em 30 de junho de 2025			
	1 a 30 dias	Valor justo (1)	Valor de custo atualizado	Ganhos / Perdas não realizadas
Cotas de fundos de investimentos	7.718.452	7.718.452	7.718.452	-
Total geral	7.718.452	7.718.452	7.718.452	-

(1) Valor de custo atualizado é similar ao valor justo.

9) RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	449.148
Total	449.148

10) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Cessão de cotas	761.435
Devedores por depósitos em garantia	44.093
Taxa de administração a receber (1)	37.657
Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (2)	9.068
Total	852.253

(1) Refere-se à taxa de administração sobre parcelas não pagas de cotas contempladas e não contempladas, registradas pelo regime de competência conforme Resolução BCB nº 120/2021; e

(2) Referem-se basicamente a custas pagas aos escritórios de cobrança.

11) IMOBILIZADO DE USO

a) Composição por classe de imobilizado de uso

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de depreciação
Sistema de processamento de dados	20%	2.468	(1.338)	-	1.130
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.294	(1.170)	-	1.124
Direito de uso (1)	-	667	(103)	-	564
Sistemas de segurança	10%	18	(18)	-	-
Total em 30 de junho de 2025		5.447	(2.629)	-	2.818

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução CMN nº 4.975/21.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Adições/ (Baixas)	Depreciação do período	Em 30 de junho de 2025
Sistema de processamento de dados	1.236	66	(172)	1.130
Instalações, móveis e equipamentos de uso	760	442	(78)	1.124
Direito de uso (1)	888	(221)	(103)	564
Sistemas de segurança	-	-	-	-
Total	2.884	287	(353)	2.818

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução nº 4.975/21.

12) INTANGÍVEL**a) Ativos intangíveis**

	R\$ mil				
	Taxa amortização	Custo	Amortização	Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	Custo Líquido de Amortização
<i>Software</i>	20%	189.425	(141.502)	(88)	47.835
Total em 30 de junho de 2025		189.425	(141.502)	(88)	47.835

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Adições/ (Baixas)	Amortização do período	Em 30 de junho de 2025
<i>Software</i>	51.695	5.964	(9.824)	47.835
Total	51.695	5.964	(9.824)	47.835

13) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Despesas antecipadas	13.085
Adiantamentos e antecipações salariais	1.395
Outros	1.299
Total	15.779

14) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Passivo financeiro de arrendamento	809
Total	809

a) Passivo de arrendamento

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	1.138
Remensuração	(221)
Pagamentos	(174)
Apropriação de encargos financeiros	66
Saldo final em 30 de junho de 2025	809

Os passivos financeiros de arrendamento de 30 de junho de 2025 possuem vencimento em 01 de janeiro de 2026.

O impacto no resultado no acumulado em 30 de junho de 2025 foi de: Despesas de depreciação – R\$ 103 mil e Despesas financeiras – R\$ 66 mil.

15) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Provisão para contingências cíveis	16.433
Provisões despesas de pessoal	13.445
Provisões despesas administrativas	11.879
Provisão para contingências trabalhistas	4.454
Provisão para contingências fiscais	57
Outras	1.496
Total	47.764

16) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da Bradesco Consórcios não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões segregadas por natureza

	R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	4.257	15.713	55	20.025
Atualização monetária	252	476	2	730
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	529	10.943	-	11.472
Pagamentos	(584)	(10.699)	-	(11.283)
Saldo em 30 de junho de 2025	4.454	16.433	57	20.944

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de junho de 2025, R\$ 63.929 mil para os processos cíveis e R\$ 774 mil para os processos fiscais.

17) OUTROS PASSIVOS**a) Rendas antecipadas**

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Rendas antecipadas (1)	919.639
Total	919.639

(1) Refere-se às receitas de taxa de administração recebidas antecipadamente, registradas pelo regime de competência.

b) Outros passivos

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Sociais e estatutárias	1.524.379
Impostos e contribuições a recolher	42.146
Recursos pendentes de identificação	7.298
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	5.434
Outras	4.716
Total	1.583.973

18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social no montante de R\$ 2.800.000 mil totalmente integralizado, está dividido em 2.800.000.000 cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Conforme a Alteração contratual de 14 de abril de 2025 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 800.000 mil, mediante a capitalização de parte do saldo de Reservas de Lucros – Legal e Estatutária, com a criação de 800.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Reservas de lucros	3.349.727
- Reserva legal (1)	159.742
- Reserva estatutária (2)	3.189.985

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações financeiras. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Ata de Deliberação do Sócio-Cotista, foi deliberado em 29 de abril de 2024 a destinação de dividendos no montante de R\$ 813.000 mil com reservas estatutárias, os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício de 2023. O pagamento será efetuado até 31.12.2025.

Conforme Ata de Deliberação do Sócio-Cotista, foi deliberado em 14 de abril de 2025 a destinação de dividendos no montante de R\$ 18.972 mil proposto em 31.12.2024 e R\$ 681.028 mil com reservas estatutárias, os quais foram computados no cálculo dos dividendos do exercício de 2024. O pagamento será efetuado até 31.12.2026.

O cálculo dos dividendos relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2025 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido	1.197.799	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(59.890)	
Base de cálculo	1.137.909	
Dividendos propostos em 30 de junho de 2025 (1)	11.379	1%

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo.

d) Lucro Básico por Cotas

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade de cotas.

O cálculo do lucro básico por cota relativo ao exercício findo em 30 de junho de 2025 está demonstrado a seguir:

	Nº de cotas em circulação	Fração	Nº de cotas proporcional em circulação
Número de cotas no início do período	2.000.000	3/6	1.000.000
Número de cotas após aumento de cotas (nota 18a)	2.800.000	3/6	1.400.000
Média ponderada de cotas no período			2.400.000
Lucro líquido do período em R\$ mil			1.197.799
Lucro básico por cota			499,08

19) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Taxa de administração de grupos de consórcios	1.478.460
Taxa de permanência	89.400
Total	1.567.860

20) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Proventos	18.069
Benefícios	8.116
Encargos sociais	6.882
Participação dos empregados nos lucros	3.913
Outras	506
Total	37.486

21) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Serviços técnicos especializados	11.514
Contribuições filantrópicas	11.260
Depreciações e amortizações	10.177
Processamentos de dados	4.107
Propaganda, promoções e publicidade	1.962
Viagens	939
Transportes	727
Comunicações	538
Manutenção e conservação de bens	217
Outras	953
Total	42.394

22) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Contribuição à COFINS	148.972
Contribuição ao PIS	31.358
Impostos sobre serviços – ISS	29.569
Total	209.899

23) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Recompra de cotas canceladas	101.524
Reembolso de taxas (1)	63.100
Outras	3.178
Total	167.802

(1) Referem-se a taxas de cessão, transferências, substituição de bens, vistorias, gravames, cartorárias, Detran e avaliação de imóveis.

24) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Despesas Compartilhadas (1)	29.284
Taxas Detran	16.447
Ações de reconhecimento	11.051
Custas	10.791
Gravames	3.869
Comissões sobre vendas	2.409
Vistoria	896
Taxa de avaliação	880
Atualização monetária passiva	728
Arrendamento	66
Outras	3.275
Total	79.696

(1) Refere-se a despesas compartilhadas da estrutura de suporte administrativo do Controlador com a Bradesco Consórcios.

25) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – ADMINISTRADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.804.065
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas vigentes	(613.382)
Efeito no cálculo dos tributos:	
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(4.339)
Outros valores	11.455
Imposto de renda e contribuição social do período	(606.266)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Impostos correntes:	
Imposto de renda e contribuição social devidos	(578.188)
Impostos diferidos:	
Constituição/ realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(28.078)
Total dos impostos diferidos	(28.078)
Imposto de renda e contribuição social do período	(606.266)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização	Saldo em 30 de junho de 2025
Taxa de administração Res. BCB nº. 120/2021	324.942	44.428	(69.496)	299.874
Provisões cíveis	5.343	2.622	(2.378)	5.587
Provisões fiscais e trabalhistas	1.466	597	(529)	1.534
Outros (1)	2.206	1.314	(526)	2.994
Total dos créditos tributários	333.957	48.961	(72.929)	309.989
Obrigações fiscais diferidas (Nota 25e)	23.631	4.110	-	27.741
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	310.326	44.851	(72.929)	282.248

(1) Refere-se basicamente a PLR e bônus.

d) Projeção da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Em 30 de junho de 2025		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	2.438	7.558	9.996
2026	6.548	9.177	15.725
2027	12.025	8.341	20.366
2028	29.637	8.168	37.805
2029	29.313	8.051	37.364
2030	29.258	8.031	37.289
2031	29.258	8.031	37.289
2032	29.258	8.031	37.289
2033	29.258	8.031	37.289
2034	30.940	8.637	39.577
Total	227.933	82.056	309.989

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 254.836 mil de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização	Saldo em 30 de junho de 2025
Atualização de depósitos judiciais	2	-	-	2
Outros (1)	23.629	4.110	-	27.739
Total dos impostos diferidos (Nota 25c)	23.631	4.110	-	27.741

(1) Refere-se basicamente a IR e CS sobre Pis e Cofins diferido sobre taxa de administração

26) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETA E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, a Instituição também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil	
	Controlador (1)	Coligada (2)
	Em 30 de junho de 2025	Em 30 de junho de 2025
Ativo		
Disponibilidades	3.281	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.718.452	-
Passivo		
Dividendos a pagar	1.524.379	-
Outros Passivos	4.712	-

	R\$ mil	
	Controlador (1)	Coligadas (2)
	Acumulado em 30 de junho de 2025	Acumulado em 30 de junho de 2025
Resultado		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	449.148	-
Outras despesas	(29.284)	(1.307)

(1) O Banco Bradesco S.A., entidade controladora direta e controladora final da Instituição; e

(2) A Andorra Holdings S.A., Aarin Repasses Financeiros e Soluções Tecnológicas Instituição de Pagamento S.A., entidades controladas indiretamente pelo Banco Bradesco S.A.

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado), que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2025, foi determinado o valor máximo de R\$ 5.663 mil para remuneração dos Administradores, e de R\$ 263 mil para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subseqüente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Remuneração de curto, médio e longo prazo	2.614
Pós-emprego – Plano de previdência	121
Total	2.735

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

27) APLICAÇÕES FINANCEIRAS – GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 10.982.134 mil, estão compostas basicamente por cotas de fundos referenciadas DI administrados pelo Banco Bradesco.

A taxa de administração auferida pelo Banco Bradesco pagas pelo grupo no primeiro semestre de 2025 totalizou R\$ 64.768 mil.

28) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades acumuladas:

	Em 30 de junho de 2025
Quantidade de bens entregues totais	3.092.126
Quantidade de consorciados ativos totais	1.614.393
Quantidade de desistentes e cancelados totais	1.877.968
Quantidade de bens pendentes de entrega	116.869
Quantidade de grupos administrados	2.950
Taxa de inadimplência	3,45%

	Em 30 de junho de 2025
Quantidade de consorciados ativos no período	222.427
Quantidade de bens entregues no período	115.507
Quantidade de desistentes e cancelados no período	128.307

	Em 30 de junho de 2025
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	970.526
Obrigações do grupo por contribuições	58.141.609
Conсорciados – bens a contemplar	50.337.053
Créditos à disposição de consorciados	8.988.161

29) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	3.281	-	-	-	-	3.281
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.718.452	-	-	-	-	7.718.452
Títulos e valores mobiliários	7.718.452	-	-	-	-	7.718.452
Ativos financeiros ao custo amortizado	766.225	-	3.241	82.787	-	852.253
Outros ativos financeiros	766.225	-	3.241	82.787	-	852.253
Imobilizado de uso, líquido	592	141	169	1.916	-	2.818
Intangíveis e ágio, líquidos	797	3.986	4.784	38.268	-	47.835
Impostos a compensar	-	180.613	-	-	-	180.613
Impostos diferidos ativos	-	9.996	7.863	292.130	-	309.989
Outros ativos	13.259	1.221	1.299	-	-	15.779
Total em 30 de junho de 2025	8.502.606	195.957	17.356	415.101	-	9.131.020
Passivo						
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	809	-	809
Outros passivos financeiros	-	-	-	809	-	809
Outras provisões	10.411	1.598	14.775	20.980	-	47.764
Impostos correntes	-	-	401.532	-	-	401.532
Impostos diferidos	-	-	-	27.741	-	27.741
Outros passivos	979.233	-	813.000	711.379	-	2.503.612
Total do passivo	989.644	1.598	1.229.307	760.909	-	2.981.458
Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	6.149.562	6.149.562
Total em 30 de junho de 2025	989.644	1.598	1.229.307	760.909	6.149.562	9.131.020

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO

Para instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos, que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros, que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

- Nível 2

Dados observáveis, que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos, cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados, que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos, principalmente, de ou ser confirmados, por dados observáveis de mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

- Nível 3

Dados não observáveis, que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 3, geralmente, incluem instrumentos financeiros, cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria, geralmente, inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos. O principal dado não observável utilizado na determinação do valor justo são os spreads de crédito que variam entre 3% e 20%.

A marcação a valor justo dos títulos os quais não apresentam fonte pública, consistente e regular de divulgação, a Instituição utiliza os modelos definidos pela CMM (Comissão de Marcação a Mercado) e disponibilizado através do manual de marcação a mercado para cada modalidade de título. Por meio de métodos e modelos matemáticos financeiros, os quais capturaram os efeitos e variações nos preços dos ativos objetos da marcação ao valor justo ou de similares.



Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos		
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7.718.452	7.718.452

Em 30 de junho de 2025, a Instituição possui na composição dos títulos e valores mobiliários aplicação em cotas de fundo de investimento (títulos privados), no montante de R\$ 7.718.452, classificado com “Nível 1”.

31) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 1.197.799 mil, sendo este total tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas Demonstrações Financeiras encerradas em 30 de junho de 2025.



DIRETORIA

Diretor Geral

José Ramos Rocha Neto

Diretores Executivo

Marcos Valério Tescarolo

Diretores

Oswaldo Tadeu Fernandes

Rogério Huffenbaecher

Vinícius Panaro

Affonso Correa Taciro Junior

Antonio Campanha Junior

Marcos Daniel Boll

Daniel Luís Damasceno

Cláudia Teixeira de Souza
Contadora – CRC 1SP177829/O-6



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e Administradores da
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (“Bradesco Consórcios”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2025 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda., em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fernando', written over a horizontal line.

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP-252419/O-0





bradesco
consórcios